

pertencendo ao sistema de atendimento municipal com quase três décadas de funcionamento, marcado pela ênfase no trabalho centrado na comunidade, onde professores e famílias das crianças formam uma equipe de trabalho que coopera e colabora no sentido de oferecer uma educação de qualidade.

Sofrendo influências teóricas de autores como Dewey, Wallon, Claparede, Decroly, Erikson, Broonfonbrenner, Freinet, Dalton, Agazzi, Ferriere e Montessori, Gardner, Moscovici, Kaye, Piaget com restrições e Vygotsky, a educação neste modelo é baseada nas relações, interações e cooperação, com ênfase nas diversas formas de expressão que permitem à criança comunicar aos pares e aos adultos as experiências vividas e os conhecimentos adquiridos. Neste modelo curricular os trabalhos realizados pelas crianças tornam-se a base para estabelecer o diálogo e o trabalho com os pais e famílias.

No quarto capítulo, intitulado "O modelo curricular de educação pré-escolar da Escola Moderna portuguesa", Sérgio Niza descreve um modelo português de educação para a infância fruto da fusão de três práticas convergentes: a concepção de um município escolar numa escola primária de Évora, a prática de integração educativa de crianças deficientes visuais do Centro Infantil Hellen Keller, apoiado em técnicas de Freinet, e a organização dos cursos de aperfeiçoamento profissional no Sindicato Nacional de Professores entre 1963 e 1966. Em 1966 se funda o Movimento da Escola Moderna por transformação do Grupo de Trabalho de Promoção Pedagógica, constituído no sindicato, associando-se à Federação Internacional dos Movimentos de Escola Moderna, trabalhando com a pedagogia de Freinet. O movimento

evolui na década de 80 de uma concepção empirista presente na obra de Freinet para a utilização de Vygotsky e Bruner, estabelecendo três finalidades básicas para a educação da infância: iniciação às práticas democráticas, reinstituição dos valores e das significações sociais, reconstrução cooperada da cultura.

Com este trabalho de Niza o livro se encerra apresentando três modelos curriculares, seus históricos, evoluções e trazendo reflexões sobre o estágio atual destes, procurando delimitar parâmetros de qualidade mínimos que devem ser observados no atendimento à infância. Nesse ponto reside a importância da leitura dessa obra, que nos traz experiências ainda pouco conhecidas em nosso país, colocando a qualidade como centro das discussões. Essa obra une-se a outras que vêm sendo publicadas por editoras brasileiras, nas quais se fazem presentes autores como Spodeck e que apresentam um esforço de pesquisadores brasileiros em divulgar e propiciar o aprofundamento do estudo a respeito da educação infantil em nosso país, para que possamos atingir patamares desejáveis de qualidade no atendimento e na formação dos profissionais desse nível de educação.

Alessandra Arce

Universidade Estadual Paulista,
Araraquara

NOGUEIRA, Maria Alice,
CATANI, Afrânio (orgs.).
*Escritos de educação: Pierre
Bourdieu*. Rio de Janeiro:
Vozes, 1998.

Este livro propõe-se a apresentar, por meio de artigos até o momento inéditos em português, as

linhas fundamentais do pensamento de Pierre Bourdieu sobre educação, retratando as modificações pelas quais passou desde os anos 60, quando suas análises sobre os mecanismos que tornam a escola uma das instâncias fundamentais da reprodução social tiveram impacto decisivo sobre nossa forma de pensar as relações com a escola. O uso generalizado de expressões e formulações que têm origem em sua obra nos meios educacionais brasileiros dão bem o testemunho de sua influência, embora — como bem observam os organizadores — não haja ainda estudos sobre a recepção da obra de Bourdieu no Brasil. Pode-se dizer, portanto, que a iniciativa dos organizadores da coletânea é particularmente bem vinda, não somente pelo caráter inédito das traduções, como também pelo cuidado com que os mesmos foram selecionados, de forma a contemplar não somente as análises do autor explicitamente vinculadas às questões educacionais, como também textos acerca de conceitos fundamentais para a compreensão do pensamento de Pierre Bourdieu, como por exemplo, os capítulos sobre o "capital cultural" e o "capital social". O livro constitui-se de 11 textos do sociólogo, alguns dos quais escritos em parceria com colaboradores, além do prefácio do autor. Como anexo, o livro traz um glossário das siglas e um quadro comparativo entre os sistemas educacionais da França e do Brasil, que contribui para compreender algumas das considerações de Bourdieu sobre a atual organização do ensino francês.

A questão básica com relação à escola que Bourdieu propõe, e cuja resposta retoma de várias maneiras pelos textos, poderia ser sintetizada da seguinte forma: por que o investimento feito na escola pelos

diversos grupos sociais rende diferentemente, apesar da “equidade” assegurada pela democratização do sistema de ensino? Recorrendo aos conceitos de “capital cultural” e “capital social”, Bourdieu contesta tanto as teorias de capital humano, que consideram as atitudes e estratégias dos agentes com relação à escolarização unicamente pelo custo financeiro deste processo, quanto o “mito do dom”, segundo o qual o êxito e o fracasso escolar resultam das aptidões naturais dos estudantes. Os artigos se sucedem tratando dos aspectos vinculados à questão, num movimento de progressiva ampliação do panorama analisado: em “*A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*”, temos uma análise bastante arguta dos mecanismos de seleção da escola francesa que considera como “naturais” ou como “desejáveis” certas habilidades e atitudes que somente um tipo de socialização das camadas privilegiadas permite apresentar como “naturais”. Nesse sentido, o autor demonstra como a relação que os diferentes grupos sociais estabelecem com o saber norteia a avaliação feita pela escola, a qual torna as diferenças iniciais, decorrentes da herança cultural transmitida pela família e da origem social, desigualdades relativas ao futuro escolar dos estudantes.

O peso da origem social dos estudantes sobre o seu destino escolar é examinado em “*As categorias do juízo professoral*”, a partir da análise das fichas de avaliação das alunas de um curso preparatório para a Escola Normal Superior de Paris, que evidencia os vínculos existentes entre as observações contidas nestas fichas, as notas e a origem social. Neste texto, Pierre Bourdieu e Monique de Saint-Martin desvendam os

mecanismos por meio dos quais a classificação realizada na escola legitima a classificação social, sob uma aparente neutralidade, dando ao “juízo social do qual é a forma eufemizada” um reconhecimento que ele jamais alcançaria. Nesse sentido, os autores apresentam uma “taxionomia” das qualidades atribuídas aos alunos, mostrando que, enquanto os adjetivos positivos destinam-se aos jovens oriundos de segmentos sociais mais favorecidos econômica e culturalmente, os negativos são atribuídos aos estudantes pertencentes às camadas médias que, mesmo quando são elogiados, recebem qualificações depreciativas, associadas à sua origem pequeno-burguesa.

As relações entre os diversos grupos sociais e o sistema de ensino são objeto dos artigos “*O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução*” e “*Classificação, desclassificação, reclassificação*”, os quais tratam do significado social dos diplomas, a partir da análise do processo de “inflação” do mercado de títulos escolares e das modificações ocorridas nas estruturas de conversão do capital cultural em capital escolar. Nesse sentido, Bourdieu mostra como a ampliação do número de detentores de um diploma leva à sua desvalorização que afeta, sobretudo, os títulos inferiores, fazendo com que haja uma disputa entre os diversos segmentos sociais pela classificação do diploma, com vistas a evitar a sua desclassificação ou reclassificação. Ao examinar as estratégias utilizadas pelos agentes que participam desta disputa, Bourdieu chama a atenção para o fato de que o “capital social” potencializa o valor dos títulos escolares, razão pela qual as

camadas privilegiadas, ao contrário dos segmentos desfavorecidos, conseguem tirar o máximo proveito dos investimentos feitos na escola.

É nessa perspectiva que Bourdieu analisa a desilusão, por parte dos grupos médios e desfavorecidos, com relação à escola enquanto instância de mobilidade social. Em seu entender, o acesso das crianças oriundas das camadas populares às escolas secundárias, ao ampliar o número de portadores do certificado deste nível de ensino, fez com que ele deixasse de oferecer os benefícios aos quais estava vinculado na época em que era um privilégio das camadas mais favorecidas, frustrando, assim, as expectativas de ascensão social por meio da escola. A esse respeito, o autor observa que a democratização do ensino mascarou o processo de exclusão das camadas desfavorecidas, substituindo a rígida divisão entre primário e secundário, baseada explicitamente na hierarquia social, por formas de exclusão sutis e progressivas, resultantes da hierarquização do sistema educacional, que relega os estudantes provenientes destes segmentos aos ramos de ensino mais desvalorizados.

Tendo sido tratada em textos dos anos 70, esta questão é retomada para explicar o desprezo que atualmente os jovens manifestam pela escola num artigo de 1992, escrito em colaboração com Patrick Champagne e intitulado sugestivamente “*Os excluídos do interior*”. No entender dos autores, a escola assumiu uma aparência democrática para manter o processo de reprodução social, obedecendo à lógica em vigor na sociedade contemporânea, “que tende cada vez mais a dar tudo a todo mundo (...), mas sob as espécies fictícias da aparência, do simulacro ou da

imitação, como se fosse esse o único meio de reservar para uns a posse real e legítima desses bens exclusivos” (p. 225). Noutro texto dos anos 90, “*As contradições da herança*”, Bourdieu analisa processos de constituição da subjetividade dos indivíduos, a partir das formas de “sofrimento social” originadas pela família e a escola, detendo-se nas contradições inerentes ao sucesso escolar dos filhos de famílias desfavorecidas. Em seu entender, quando os pais depositam em seus filhos a esperança de “uma vida melhor”, acabam por negar a própria trajetória, enfrentando o receio de que seus filhos se afastem por completo das suas origens populares com as quais se identificam.

Vale mencionar, ainda, as observações feitas no prefácio, no primeiro capítulo e no último texto da coletânea que, tomadas conjuntamente, podem ser vistas como um alerta para a necessidade incontornável de considerarmos os processos sociais envolvidos na produção e difusão do conhecimento científico. Nesse sentido, é de extrema relevância a análise feita por Bourdieu acerca da “hierarquia social dos objetos”, evidenciando os mecanismos por meio dos quais se legitimam os objetos dignos do investimento intelectual dos agentes e que funcionam como uma espécie de censura do próprio campo científico, pois negam aos objetos considerados menores qualquer tipo de interesse que resulte em estudos que lhes dêem um tratamento adequado. De igual relevância é a advertência que o sociólogo faz no prefácio, “*Sobre as artimanhas da razão imperialista*”, quanto às apropriações ligeiras e ingênuas de um pensamento que se constitui estreitamente vinculado à realidade francesa. É evidente que isto não

significa que as análises de Pierre Bourdieu e sua equipe sejam válidas apenas para a realidade à qual se referem, mas sim que as condições sociais de produção dessas categorias analíticas devem ser consideradas no exame dos problemas que afetam o sistema de ensino de outros países. Assim, a leitura dos textos integrantes de *Escritos de educação* contribui justamente para essa compreensão e apropriação menos ingênua das possibilidades de estudos da educação e da sociedade em nosso país.

Rosário S. Genta Lugli
e Paula Perin Vicentini
Doutorandas, Universidade de São Paulo

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester.
Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933). São Carlos: Editora da UFSCar/FAPESP, 1996.

Este trabalho, realizado conjuntamente por Paolo Nosella e Ester Buffa, professores e pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos, tem como tema a antiga Escola Normal de São Carlos, uma instituição típica da República Velha. Inaugurada em 1911, a Escola foi, até 1933, referência pedagógica máxima e — por que não dizer? — hegemônica da educação da cidade e região. Estudá-la, portanto, nos possibilita perceber a linha geral do desenvolvimento educacional do município e, de certa forma, contribui para melhor compreender a política educacional nos primórdios do período republicano.

Para amearhar as informações de que necessitavam nesta empreitada, os autores recorreram a

fontes diversas tais como jornais e revistas da época, fotos do prédio e das primeiras turmas de formandos, projeto arquitetônico da escola, diários escolares, legislações pertinentes, assim como à memória oral de seus antigos professores e alunos. Contudo, alertam os autores, para escrever história é preciso mais: questões e hipóteses bem definidas e uma orientação teórica são fundamentais.

Atentos aos últimos debates metodológicos, em que estão imersos cientistas sociais e historiadores, concernentes ao dilema entre elaborar uma interpretação da sociedade e da história mais genérica e paradigmática ou “mergulhar no detalhamento de aspectos singulares, quase sempre fascinantes” (p. 19), os autores fazem a opção acertada: conseguem encontrar um ponto de equilíbrio entre uma abordagem macro e outra micro-histórica. Tendo sempre no horizonte o perigo de deixar-se enleiar pela sedução do objeto, como apontam insistentemente os críticos marxistas, não temem em aventurar-se nas ricas contribuições que as novas metodologias trazem, sendo capazes de tramar seus fios de modo a tecer uma análise bastante lúcida do período retratado.

A questão central do estudo é a tentativa de “compreender o trabalho como um princípio pedagógico na educação brasileira” (p. 8), desvendando qual a forma produtiva característica do período que definia os contornos de uma sociedade e suas instituições, inclusive as escolares. Além disso, pretende discutir *como* esta forma produtiva influenciou a instituição escolar. Essa questão nunca é abandonada em favor das reminiscências que fatalmente evoluem de tal objeto. Ao contrário: ela perpassa todo o livro e é dela que